



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



CULTURAS POLÍTICAS E CONFLITOS SOCIAIS NO LIMLAR DA REPÚBLICA: A FABRICAÇÃO DO “CONSOLIDADOR DA REPÚBLICA”

Leandro do Carmo Quintão¹

Resumo: Esse artigo tem por objetivo analisar a construção da imagem de Floriano Peixoto enquanto “consolidador da República”, na primeira década republicana, como expressão de uma cultura política produzida naquele momento. Defendemos a ideia de que se trata de uma imagem que traduz o anseio pela configuração de novos líderes, que fossem condizentes com as demandas do novo regime político, em busca de afirmação. Além disso, defendemos que sua força simbólica foi tonificada pelos conflitos sociais e por seus desdobramentos.

Palavras-chave: Cultura política; Floriano Peixoto; Primeira República;

Abstract: This article aims to analyze the construction of the image of Floriano Peixoto as "consolidator of the Republic", in the first republican decade, as an expression of a political culture produced at that moment. We defend the idea that it is an image that expresses the yearning for the configuration of new leaders, that would be in keeping with the demands of the new political regime, in search of

¹ Doutor em História pela UFES. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo.

affirmation. In addition, we argue that his symbolic strength was tonified by social conflicts and their unfolding.

Keywords: Political culture; Floriano Peixoto; First Republic;

Introdução

A historiografia brasileira nos apresenta algumas obras relevantes para o estudo dos primórdios da Primeira República. Mais precisamente, a primeira década, é rica em análises e interpretações, presentes em muitas publicações ao longo de praticamente todo o século XX.

Chama-nos a atenção a figura de Floriano Peixoto, presidente do Brasil entre 1892 e 1894. Tal personagem apresenta significativa relevância política nos primeiros anos após a Proclamação da República, tendo havido em torno de sua imagem uma luta simbólica entre pelo menos três pontos de vista: os que o desprezavam, os que o consideraram herói do novo regime e, por fim, aqueles que lhe deram uma condição heroica mais tímida, embora não sem relevância, de “consolidador da República”. Essa, sem dúvida, a mais forte (CARVALHO, 2006, p.37).

No presente artigo nos propomos a compreender a fabricação da imagem desse personagem como efeito da crise de legitimidade e dos conflitos sociais enfrentados pela jovem República, e como resposta à demanda pela produção de novas culturas políticas, essas tão necessárias para consolidar um imaginário pró-republicano.

Crise de legitimidade e conflito social na República: as raízes do heroísmo

É lugar comum o entendimento de que os primeiros anos do novo regime caracterizam um momento delicado, por causa dos diversos conflitos envolvendo distintos setores liderados pelas elites política e militar. Tais confrontos eram estimulados pelos atritos envolvendo distintos projetos e ambições de grupo, causando

a emergência de diversas clivagens, das mais sortidas modalidades: entre civis e militares; entre militares; entre civis, entre outras formas (LESSA, 1999, p. 102).

O jovem regime passa em seu decênio inicial por grandes desafios, talvez os maiores, na medida em que as novas regras – de geração de atores políticos, da relação entre os três poderes, e entre os poderes central e regional – estavam por ser devidamente estabelecidas, e ainda mais, consolidadas.

Tais desafios configuram um quadro de crise de legitimidade, que atinge não somente ao recém-criado *status quo*, mas, de igual maneira, aos grupos que perturbam a nova ordem estabelecida seja por meio do conflito armado, *meetings* ou pela imprensa. Assim sendo, o entendimento desse período passa pela noção de crise de legitimidade e, por conseguinte, do seu inverso, quer seja, legitimidade. Sobre isso, as palavras de Raoul Girardet são esclarecedoras (1987, p.88). Diz ele:

A noção de legitimidade não corresponde a nada além do reconhecimento espontâneo da ordem estabelecida, da aceitação natural, não obrigatoriamente das decisões daqueles que governam, mas dos princípios em virtude dos quais eles governam. Todo poder pode, em última análise, aparecer como legítimo quando, para a grande massa de opinião e no segredo dos espíritos e dos corações, a manutenção das instituições estabelecidas é reconhecida como evidência fatural, escapando a toda contestação, ao abrigo de todo questionamento.

Logo, a palavra-chave para o bom funcionamento das instituições e da ordem pública, conquanto não haja conflitos que ameacem o *status quo*, é “reconhecimento”. A sua ausência, desse modo, pode ser entendida como o requisito fundamental para que ocorra um processo de crise de legitimidade. Diz o autor que:

[...] às perguntas colocadas em relação ao exercício regular do poder, as respostas deixam de parecer evidentes, de impor-se como “pertinentes e peremptórias”. É então que o dever de lealdade perde seu valor de exigência primeira. Que, silenciosa ou violentamente, se desfazem ou se rompem os liames da confiança e da adesão. Que o governado, quer seja súdito ou cidadão, deixa de reconhecer-se no sistema institucional com o qual se havia até então mais ou menos tacitamente identificado. O poder, os princípios sobre os quais repousa, as práticas que põe em ação, os homens que o exercem e que o encarnam são, doravante, sentidos como “outros”, fazem figura de inimigos ou estrangeiros... (GIRARDET, 1987, p. 88-89).

A falta de reconhecimento é o elemento propulsor para a falta de confiança entre governantes e governados, portanto ingrediente primordial para a efervescência de crises de legitimidade. Desafios postos a governos devidamente instalados compõe o quadro clássico, conquanto ainda haja, em sentido oposto, grupos que de algum modo atuam como sustentáculo do *status quo* desafiado.

Nesse sentido, quando nos remetemos ao momento da posse de Floriano Peixoto na presidência da República, deparamo-nos com o pecado original que faz da própria posse um produto de diversas crises que tumultuaram a infância republicana. Seu antecessor, Deodoro da Fonseca, já havia protagonizado com o Congresso Nacional relações suficientemente desgastantes para provocar o fechamento unilateral daquela instituição legislativa.

A construção do novo regime passava por divergências que muito extravasavam o campo das relações institucionais, além de se mostrar incapaz de solucionar, pelo menos em curto prazo, seus principais desafios, quer fossem: rotinizar a República por uma lógica distinta do regime deposto, preenchendo para tanto de forma satisfatória os vazios institucionais; a relação entre os poderes local e nacional; e, não menos importante, dos três poderes, agora “órfãos” da conciliação moderadora do monarca, entre outros (LESSA, 1999, passim).

Como agravante, os diversos projetos republicanos foram incapazes de produzir qualquer espécie de convergência que favorecesse aos próprios governantes. Ritmados pelo cenário nacional confuso, conflitos estaduais também emergiram, protagonizados pelas oligarquias que divergiam no campo faccional-partidário interna e externamente. Assim, enquanto o cenário nacional estava longe de caminhar para qualquer consenso, uma pluralidade de facções se digladiava no interior das unidades federativas onde a guerra através dos jornais talvez fosse o mecanismo mais brando de enfrentamento.

Voltamos ao momento da posse de Floriano Peixoto na presidência da República. Trata-se de compreender o real sentido da expressão “pecado original” nesse artigo empregado. Para tanto, vale lembrar que o cenário herdado por Floriano estava configurado pela polarização entre forças aglutinadas em torno de Deodoro e aquelas ao redor dos republicanos históricos (BACKES, 2006, p. 103). A tentativa de Deodoro de suprir a ausência do Poder Moderador, enterrado com o regime deposto, por práticas autocráticas materializadas na dissolução do Congresso Nacional, em 1891, mostraram-se ineficientes no sentido de consolidar a República conforme seu *modus operandi*, levando o país à ameaça de mais uma guerra civil – lembrando-se que outra ocorria paralelamente no Rio Grande do Sul – a qual colocaria Exército e Marinha em lados opostos. Sua atitude autocrática produziu, portanto, uma combinação perigosa com o processo de hiperpolitização militar, retroalimentadores de novas turbulências.

Não por acaso, Floriano Peixoto, ao assumir, também teve que enfrentar descontentamentos militares. Isto, pois, se é verdade que a coesão entre militares e civis era um processo difícil de ocorrer sem crises e confrontos, devido ao pouco conhecimento que ambas as parcelas da sociedade tinham da outra (PENNA, 2008, p.97), a convivência em unidade no próprio seio militar de igual maneira não estava assegurada, produto, em parte da própria hiperpolitização militar.

Ante os desafios encontrados, a criação de um consenso mínimo foi a tábua de salvação para o novo governante. Utilizou-se para tanto do diálogo entre os poderes, ou seja, trazendo de volta o Congresso Nacional. Além disso, fez vista grossa para as deposições dos antigos simpatizantes de seu antecessor por parte das oligarquias alijadas de seus estados ainda no mandato anterior. Pode-se falar, nesse sentido, numa espécie de pacto entre o marechal e os republicanos históricos, protagonizados pela oligarquia paulista (PENNA, 2008, p.85).

Tal pacto era ancorado na crença, por parte dos civis paulistas, de que o presidente-militar era o único capaz de “salvar” a República implantada. A “salvação” consistia na defesa dos interesses do novo regime bem como daqueles que o sustentaram no poder, inclusive com recursos financeiros, caso do governo de São Paulo, por exemplo. Sob uma ampla frente, republicanos históricos daquele estado, se uniram aos do Rio de Janeiro, e mesmo aos do Rio Grande do Sul, sob a liderança de Júlio de Castilhos, no momento em que Floriano era desafiado, embora a sintonia entre esses segmentos sociais não fosse por inteiro (BACKES, 2006, *passim*). A união era positiva em torno do presidente da República, e ao mesmo tempo negativa, como meio de rechaçar as crises de legitimidade que colocavam em cheque o *status quo*, mesmo que não significassem necessariamente apologia ao monarquismo.

Durante seu governo, é com essa parcela da elite política que o militar-presidente se alia, laço que se consolida perante o surgimento de novas crises de legitimidade, as quais, dessa vez, despejam sua insatisfação na imagem de Floriano. A razão primordial girava em torno da necessidade da convocação de novas eleições, tendo em vista a renúncia de Deodoro com menos de um ano de mandato, e, de preferência, que fosse eleito um civil. Mas, nem Floriano era apologista daquela legalidade, e nem seus aliados civis estavam dispostos a romper com o governante que havia reaberto o Poder Legislativo Nacional. Trocá-lo por qualquer aventura seria arriscado.

Portanto, a crise de legitimidade ganhava sistematicamente novos capítulos na medida em que novos episódios eram produzidos como mecanismo solucionadores de crises anteriores e, por conseguinte, produziam novos impasses. Nas palavras de Renato Lessa (1999, p. 106), o quadriênio governado por Floriano seria marcado “[...] por um absurdo padrão de anarquia autossustentada” na medida em que “[...] a cada procedimento ou ação de maior governabilidade, sobressaíam novos conflitos e maior desordem”.

É nesse contexto que analisamos o surgimento de culturas políticas que dialogavam com a fabricação do heroísmo de Floriano. Para tanto, os conflitos sociais foram imprescindíveis.

Culturas políticas e a consagração do herói

A configuração de símbolos para a jovem República estava ainda por se completar quando Floriano Peixoto assumiu o poder. Além disso, não ocorreu sem batalhas simbólicas, as quais até hoje se encontram inconclusas. Bandeiras, hinos, mitos fundadores e a fabricação de heróis foram apenas alguns dos episódios responsáveis por adornar o incipiente regime.

E, para cumprir tal papel, eles foram devidamente criados, em parte aceitos, em parte aclamados, ou totalmente vetados, dependendo da ocasião, grupo e circunstância. A esse respeito, José Murilo de Carvalho (2006) nos apresenta um interessante estudo, sobre a confecção de uma identidade republicana, em parte artificial, em parte natural. Mais precisamente, a fabricação de um imaginário social que desse conta de atender às demandas emergentes após o 15 de novembro.

Não se pode, porém, falar da constituição de símbolos configuradores sem nos remetermos à noção de “cultura política”. Isso ocorre porque ela atua, ou melhor, elas (as culturas políticas) atuam como “[...] respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento

bastante para que se inscrevam na duração e atravessem gerações” (BERNSTEIN, 1998, p.355). Logo, em meio à possibilidade da emergência de diversas culturas políticas, uma ou algumas tangenciam questões vividas – e muitas vezes sofridas – por uma parcela da sociedade. Destarte, é possível se falar da relação entre crise de legitimidade e a emergência de culturas políticas.

Uma lacuna, contudo, ainda fica em aberto. Trata-se da definição do termo “culturas políticas” propriamente dito. Entrar por essa via pode ser um caminho sem volta, além de impertinente a um artigo da proposição que pretendemos alcançar, na medida em que é de difícil definição, devido aos distintos pontos de vista entre os autores (GOMES, 2005, *passim*). No entanto, as pistas oferecidas por Bernstein nos ajudam a esclarecer ao leitor sob que prisma abalizamos. Dessa maneira, é possível compreendermos a cultura política em si como

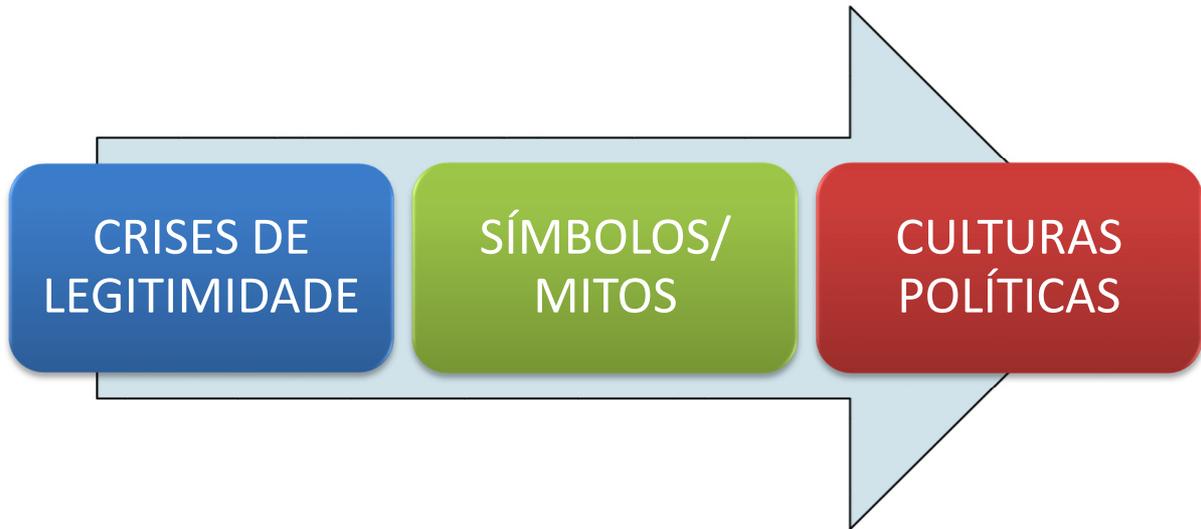
[...] uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com os grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do estado os dados filosóficos ou históricos precedentes (BERNSTEIN, 1998, p.351).

Todas as ações empregadas são portadoras de significações. Além disso, é preciso acrescentar que elas realizam não só uma leitura comum do passado, mas, a nosso ver, essa leitura se refere a um passado igualmente próximo ou mesmo ao presente.

Retornando à questão da relação entre crise de legitimidade e culturas políticas, é interessante observarmos de que modo ela se dá. Como nos informa Girardet (1987, p.88-95), as crises de legitimidade produzem ambientes de incertezas e, por conseguinte, abrem brecha para a emergência de indivíduos com discursos e/ou ações que simbolizem promessas capazes de reverter o quadro de descrença e desordem vivido. Em torno desse personagem ou mesmo de situações vividas em que as condições de seu aparecimento são propícias, podem surgir mitos, ritos, enfim,

símbolos que, por sua vez, servirão de substrato para engendrar culturas políticas coetâneas, similares ou contrárias. Acerca disso, a imagem 1 nos revela de forma simples tal lógica.

Imagem 1 – Esquema interpretativo da relação entre *crise de legitimidade* e *culturas políticas*



Fonte: Elaboração própria

Mas, afinal, de que crise de legitimidade estamos falando? Recordando o tópico anterior, é preciso ressaltar que o Brasil enfrentou graves desafios no campo político e até mesmo econômico nos primeiros anos após a Proclamação da República. O novo regime era questionado internamente, pois diversos projetos republicanos estavam em confronto, e externamente, embora em menor intensidade, por causa dos monarquistas que buscavam nas referidas crises brechas para enfraquecer a nova ordem, criando meios para subvertê-la e quiçá restaurar a ordem perdida. Ao fim e ao cabo, os diversos conflitos sociais² tornavam a infância republicana caótica, criando indefinição quanto ao futuro do regime implantado (LESSA, 1999, p.105-106).

² Por conflito entendemos “luta entre grupos sociais pela supremacia, envolvendo tensões, discórdia e choque de interesses”. Cf. GIDDENS, 2016, p.311.

Soma-se a isso as indefinições de uma economia frágil e instável, resultado da política econômica emissionista definida como “Encilhamento”, que havia encarecido o custo de vida da população, sobretudo do Rio de Janeiro. Não havia apreço popular pela República, mas as sucessões de conflitos e adversidades, além de produtoras de incertezas, tinham condições de colocar a população como renhidas adversárias.

Sob esse contexto é que Floriano Peixoto assume. Tendo em conta a dimensão e os propósitos do presente artigo, não entraremos a fundo nos diversos episódios que retratam as crises de legitimidade³. Cabe-nos averiguar de quem modo elas interagem com Floriano e com a produção de culturas políticas.

A Revolta da Armada, talvez o principal desafio enfrentado por Floriano, originou-se da tentativa de importantes segmentos da Marinha, entre eles os almirantes Custódio de Melo e Saldanha da Gama, de derrubar o governo do recém-empossado militar, de modo a provocar novas eleições e a escolha de um civil para o seu lugar. A hiperpolitização militar, acreditavam, era nociva para o país, embora se utilizassem de prática que também caracterizava uma continuidade desse fenômeno.

A dura resistência enfrentada por Floriano foi contrabalançada pelo apoio recebido sobretudo pela oligarquia paulista, protagonizando o apoio parlamentar que tanto necessitou nos momentos mais difíceis (BACKES, 2006, p.113). As bancadas de outros estados vieram a reboque, e a necessidade de sustentar o presidente fez surgir um importante partido nacional, o PRF.⁴ A rigor, era preciso apoiá-lo, pois na concepção das oligarquias civis estava em suas mãos o destino do jovem regime.

³ São exemplos de crises de legitimidade que tumultuaram a infância republicana: a deposição dos governadores que se colocaram contra Deodoro, o fechamento do Congresso por Deodoro, as revoltas da Armada, a Revolução Federalista, entre outras. Sobre isso ver LESSA, 1999, capítulos 2 e 3.

⁴ O Partido Republicano Federal foi uma organização política criada em 1893, liderada pelo deputado federal Francisco Glicério com o objetivo de dar sustentabilidade ao governo de Floriano Peixoto. Cf. BACKES, 2006, p.115-117.

Assim sendo, o conflito armado que se estende por anos e não dá ao dito presidente nenhum momento de sossego, aproxima-o de seus aliados os políticos civis. Além disso, é por esse caminho que surge e cresce sua popularidade entre as camadas inferiores, mormente na cidade do Rio de Janeiro, a que mais sofria com o contínuo encarecimento do custo de vida. Floriano torna-se fiscal do tesouro, tabela preços, combate especulações e levanta a bandeira da moralidade republicana⁵ e do nacionalismo. Não por acaso, jornais jacobinos como *A República*, vão considerá-lo fundador de uma nacionalidade (QUEIROZ, 1986, p.145).

Para uma crise de legitimidade, um salvador. Os desdobramentos do conflito social empurram Floriano para o encontro da população, inclusive os que relegavam à Monarquia sua derradeira popularidade, nos idos de 1889. Junto consigo, ele aproxima a República e mesmo o Estado da população que ainda não havia se identificado com a novidade, tanto como protetor do regime quanto da população, perante o persistente conflito.

Como nos informa Lincoln Penna (2008, p.187-190), o marechal republicanizou a rua, o Estado e o próprio regime, criando uma proximidade que beirava a identidade entre a população carioca e a República recém-implantada. Penna chega a falar em entrada do povo na política. Floriano ocupa o vazio institucional que seu antecessor jamais conseguira, realiza importante esforço de guerra, alimentado pelas vitórias parciais e pela heroica resistência na capital bombardeada. O próprio personagem exalta o mito salvador, lembrando a pureza e a moral militar, em anteposição aos que querem macular o regime (QUEIROZ, 1986, p.219).

A resposta dada pela população, sobretudo da capital federal, sem dúvida foi abraçar a causa florianista. Não por acaso, batalhões patrióticos foram formados tendo

⁵ De acordo com José Murilo de Carvalho (2006, p.30), Floriano Peixoto se tornou o guardião da moral republicana, uma espécie de “incorrupível”.

em sua maioria militares à sua frente (PENNA, 2008, p.162-165). Era preciso defender Floriano, a República e a própria condição que o governante dava àquela população de se sentir parte do todo.

Sem dúvida, os jacobinos emergiram como resposta do processo de aproximação popular com o novo regime. Eles apresentavam características próprias, muitas delas estimuladas direta ou indiretamente pelo próprio marechal, o qual, na contramão da relação, era correspondido por uma espécie de idolatria, fruto de um incipiente e crescente capital heroico.⁶ Não foram poucas as construções simbólicas em torno do personagem, as quais serviram de alicerce para uma condição de mito.

Para tanto, pilares de uma ideologia foram costurados, indo ao encontro das demandas florianistas: a República como estandarte, o nacionalismo político e econômico, a defesa de um governo autoritário, a xenofobia, a simpatia com o militarismo, defesa do Estado laico são alguns (QUEIROZ, 1986, p.88-128). Tais pilares alimentavam o capital político do presidente militar e casavam bem – momentaneamente, é bem verdade – com o apoio recebido por boa parte das oligarquias estaduais. No imaginário desses aliados, agarrar-se ao governo de Floriano era agarrar-se com a verdadeira República, da ordem, diferentemente do caos que os adversários tentavam implantar, sendo eles, por algumas vezes confundidos – propositadamente ou não – com monarquistas.

No entanto, um capital heroico não se faz sem luta e muito menos sem vitórias. A expulsão dos revoltosos da Baía da Guanabara deu definitivamente ao marechal o status de herói. Ao enfrentar as crises de legitimidade com tenacidade, na visão dos seus sequazes, ele consolidava a República ao passo que se consolidava como mito. Sua carta aos jovens completada pela sua morte configurou uma forma de sacrifício da própria vida para que a ordem republicana pudesse imperar.

⁶ O capital heroico ou profético é caracterizado por um poder não explicado racionalmente, fruto de heroísmo, emergido a partir de uma situação de crise (BOURDIEU, 2009, p.191).

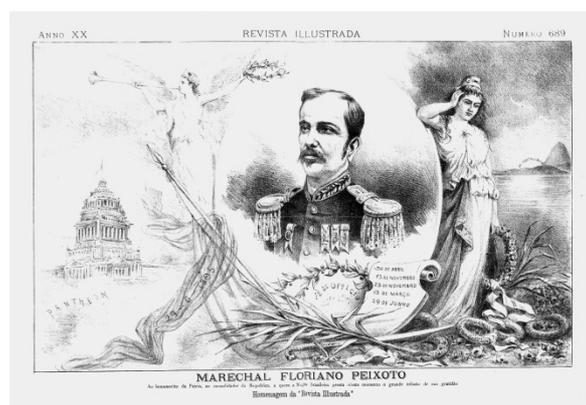
Nesse sentido, uma República órfã de mártires “naturais”, isto é, cujo panteão de heróis ainda estava por se completar, serviu como pano de fundo ideal para a produção de culturas políticas que atendessem ao processo de significação e ressignificação da própria República. Era preciso ressignificar o passado próximo, dando respostas aos acontecimentos, com vistas ao futuro, de modo a atravessar gerações.

Isso explica, por exemplo, as ilustrações que publicadas na *Revista Ilustrada* (fotos 1 e 2). No dia da morte de Floriano, após este deixar o poder, a República – representada na primeira imagem como uma mulher⁷ – amanhecia triste, em pranto, enquanto o líder alcançava a glória do panteão dos heróis, a imortalidade.

Foto 1 – Capa da *Revista Ilustrada*

anunciando a morte de Floriano
Peixoto

Fonte: *Revista Ilustrada* (ano 20,
n.689)

Foto 2 – Alegoria da *Revista Ilustrada*

anunciando a morte de Floriano
Peixoto

Fonte: *Revista Ilustrada* (ano 20,
n.689)

⁷ No Brasil, houve uma tentativa, sobretudo de positivistas, de associar a mulher ao novo regime. Os pintores foram enfáticos. Contudo, no geral, pouco foi o uso sendo o sexo feminino mais utilizado para ridicularizar a República. Sobre a Mulher como símbolo republicano, ver CARVALHO, 2006, capítulo 4.

Como podemos observar, a cultura política de fabricar heróis ganhava diferente roupagem para o novo regime. Ela era oriunda de tempos remotos, tendo no Segundo reinado marcado presença com dois personagens ligados ao processo abolicionista: Visconde de Rio Branco e a princesa Isabel.⁸

Floriano era o primeiro herói natural da República para uma parcela da população que experimentava uma forma *sui generis* de participação política. Os jacobinos sem dúvida compunham ou pelo menos eram os principais porta-vozes desse pensamento. De fato, os meios impressos em muito contribuíram para esse processo. A narrativa construída por jornais acerca de seu heroísmo e mesmo a notícia do lançamento de bibliografias sobre o assunto conotam a estratégia de construir e sedimentar o consenso em torno da figura do marechal como salvador da República (CARVALHO, 2006, p.37).

A morte de Floriano em si refletiu a popularidade alcançada pelo personagem, abrindo espaço para um leque de representações. Verdadeiro culto, febre religiosa, que o consolidava como mito. Homenagens em repartições públicas, discursos, desde o primeiro dia de seu falecimento, se reproduziram no primeiro e segundo aniversários daquela data (QUEIROZ, 1986, p.129-133).

A confusão entre o consolidador e a própria República pode ser percebida por exemplo no jornal *O Brasil Militar*, o qual era editado por integrantes de baixa patente do Exército. A data da Proclamação, exaltada, não passou sem a publicação de um retrato do dito herói. Nas palavras do redator Capitão Vieira Leal

Esta homenagem [a Floriano Peixoto] lhe era devida na comemoração que hoje fazemos da mais gloriosa data da Pátria Republicana. [...] [pois] o

⁸ Ambos os personagens foram considerados heróis em específicos momentos: na aprovação da Lei do Ventre Livre (1871) e na Abolição (1888).

período que assim passa, duplamente assinalado, para a eternidade do tempo foi todo preenchido por sua individualidade (O BRAZIL MILITAR, 15 no. 1895, p.1).

Uma década e meia depois, na inauguração do monumento em homenagem ao “consolidador da República” ainda ecoava o sentimento pelo referido personagem, não só pelo poder simbólico que ele produziu mas pela própria carência no meio popular de líderes que conotassem seu prestígio. As oligarquias eram distantes demais da população, e na capital federal, principal caixa de ressonância da República, a situação não poderia ser diferente. Alimentava-se a cultura política do herói consolidador, produto da crise de legitimidade que tomou conta da República. Floriano era ainda percebido como o solucionador do imbróglio político e econômico que envolvera o novo regime e precisava ser revivido mediante novos objetos e símbolos.

Desse modo, comemorar o passado era reviver a “verdadeira” República, aquela que se aproximava de uma população esquecida pelos protagonistas das crises de legitimidade. Tratava-se de mais uma etapa de consolidação da entrada de Floriano para a História, mediante culto cívico, e porque não, nacionalista. Isso em parte explica significativa quantidade de impressos no evento em comemoração ao marechal, com inauguração de um monumento a ele dedicado, no centro do Rio de Janeiro, em 1910.⁹

⁹ Como ambas as revistas *Careta* e *O Malho* apresentaram fotos da inauguração, enfatizando o enorme apreço popular ao evento, optamos por reproduzir o destaque dado em uma delas à parte principal do monumento.

Foto 3 – Inauguração do Monumento a



Floriano Peixoto, 1910

Fonte: *Careta* (30 abr. 1910, n.98)

Foto 4 – Parte principal do Monumento a Floriano Peixoto



Fonte: *O Malho* (1910, n.398)

É possível observarmos a intenção desses importantes impressos do Rio de Janeiro em demonstrar a relevância do evento. *O Malho* vai além, apresentando uma foto detalhada da parte principal do monumento. Nela, é possível ver, como foi explicado na própria revista, Floriano sendo apoiado por importantes heróis da pátria: Benjamin Constant, mais acima, e José Bonifácio e mais abaixo Tiradentes. Todos amparados pela bandeira nacional, sendo Floriano colocado mais à frente como escudeiro defensor da nação. Já a mulher constituíam estratégia de associar o novo regime republicano ao sexo feminino, como ocorreu na França.¹⁰

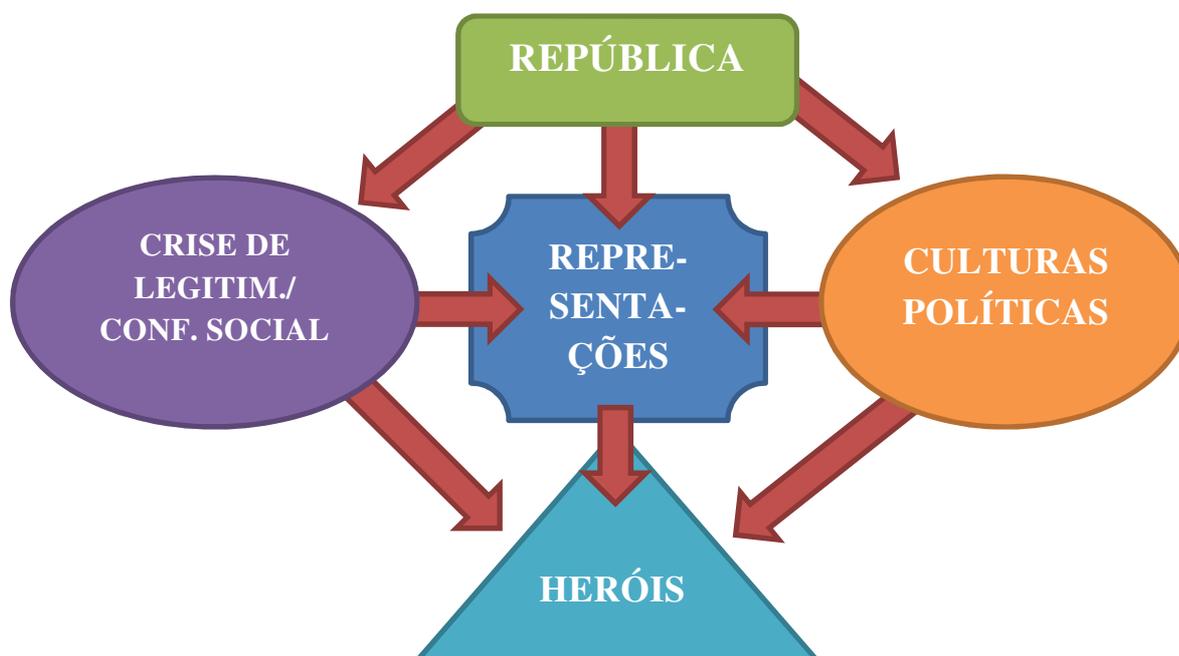
A presença desses símbolos em eventos públicos como instrumentos de identidade republicana não ocorria por acaso. Tratava-se de um mecanismo para fim político. Como nos informa Elisabete Leal (2014, p.235-236), “[...] a vivência do político poderia ocorrer para além das disputas partidárias e ideológicas. O estudo de

¹⁰ Apesar do fracasso representativo no Brasil, a mulher foi utilizada em diversos momentos para retratar no novo regime. Cf. CARVALHO, 2006, p.89.

rituais permite esse olhar para o político, e o estudo da produção e usos de imagem e objetos o complementa”. Viver o político por meio de imagens revivendo o próprio personagem cultuado mediante ícones e imagens do próprio. A praça lotada traduz uma resposta popular à permanência da cultura política de glorificação de um passado relativamente remoto. Era preciso comemorar o tempo do líder, mas não como um passado encerrado, de modo que fosse possível aperfeiçoar o presente. A arte, para tanto é meio imprescindível (LEAL, 2014, p.243).

A República, assim sendo, se funda sobre um complexo entrelaçamento entre os conflitos sociais, produtores de crises de legitimidade, a emergência de salvadores, e a produção de culturas políticas em torno dos acontecimentos para glorificar um passado não tão remoto pelo seu produto, a República ideal, vencedora da barbárie, da anarquia, em outras palavras, ordeira. No centro, por sua vez, estão as representações. Elas atuam como elo entre os demais componentes da teia de relações entre a República e seus desdobramentos simbólicos em torno das crises de legitimidade e da produção de culturas políticas. Acerca disso, a imagem 2 é elucidativa, e com ela encerramos nossa argumentação.

Imagem 2 – Quadro interpretativo do conjunto de relações entre conflito social e culturas políticas



Fonte: Elaboração própria

Considerações finais

No presente artigo, mostrarmos a íntima relação entre os conflitos sociais e a produção de culturas políticas no limiar da primeira República. Tal fenômeno foi possível na medida em que, como toda crise de legitimidade produz salvadores, o Marechal Floriano Peixoto encarnou o verdadeiro papel republicano ao aproximar o novo regime das camadas populares, historicamente sempre excluídas dos processos políticos formais.

A rigor, Floriano trouxe de volta a rotina de produção de heróis nacionais, tornando-se objeto de culto e, por conseguinte, da criação de novas culturas políticas. Assim como havia sido na Monarquia, a República abria espaços para novos heróis, sendo o marechal o primeiro engendrado nas próprias circunstâncias caóticas da incipiente República.

Era preciso, portanto, forjar novos heróis para um novo momento atravessado pelo país. Logo, ao fim e ao cabo, consolidar Floriano Peixoto no panteão dos heróis republicanos era consolidar a própria República.

Referências

Fontes Primárias

Careta, 30 abr. 1910.

Revista Ilustrada – ano 20, n.689.

O Brazil Militar, 15 nov. 1895.

O Malho – 1910, n.398.

Sítio consultado

<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 11 ago. 2017.

Obras gerais

BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto de Campos Sales*. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

BERNSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 12 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. *Conceitos essenciais da sociologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

LEAL, Elisabete. Floriano Peixoto e seus Consagradores: Um Estudo sobre Cultura Cívica Republicana (1891-1894). *Revista Estudos Políticos*. V. 5, n.1. v. 5, p. 229-247, 2014.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Salles, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem. O florianismo e a construção da República*. 2.ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986.